



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SEGUNDA (02ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Segunda (02ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de fevereiro de 2014. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Cinoê Duzo (01), Daniel Gasparini dos Santos (02), Daniela Dalben Mota (03), Dayane Amaro Costa (04), Honório José Ferreira (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, conforme preceitua o Artigo 167, § 1º, do Regimento Interno, submeteu à apreciação do Plenário o Requerimento nº 59/2014, datado de 10 de fevereiro de 2014, subscrito pelo Vereador Benedito José do Couto, solicitando, “com base nos Artigos 81, II, a; 156, I, e 167, § 1º do Regimento Interno, *licença do cargo* de Vereador por *oito (08) dias*, a partir de 10 de fevereiro do corrente, conforme atestado anexo”, que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. Dispensado de novo compromisso público, assim como dispõe o Artigo 7º, do Regimento Interno, ocupou lugar no Plenário o suplente do PV, *Dr. Honório José Ferreira*. Posto isto, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Primeira (1ª) Sessão Ordinária, realizada em 03 de janeiro de 2014, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o 1º Vice-Presidente em exercício e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 03, de 2014, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni, “proibindo a comercialização de revistas e publicações contendo material impróprio, ou inadequado, e/ou mensagens pornográficas e obscenas para crianças e adolescentes, sem embalagem lacrada e opaca, e com a advertência de seu conteúdo”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 04, de 2013, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Sr. Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 02/2014, datada de 06/02/2014, objeto do Ofício nº 02/2014, de igual data, “dispondo sobre a composição, organização e competência do Conselho Municipal de Saúde de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Permanentes); 3. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento); 4. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal do Serviço Autônomo e Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. 31 e 32, de 2014, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe a quantidade de vans, finalidades e horários da frota de veículos escolares oficiais, pertencentes ao município, ou alugada” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe a viabilidade de regulamentação, junto ao FNDE, do uso de veículos oficiais no transporte universitário, amparado pela Lei Federal n.º 12.816/2013, qual o prazo para tal regulamentação e, se esta for impossível, informe qual o impedimento”; n.ºs. 33, 34 e 41, de 2014, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando Minuta de Projeto de Lei, implantando o Kit Maternidade Amor Perfeito”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe o porquê da falta de acesso de deficientes físicos e pessoas com mobilidade reduzida à piscina pública, o que descumprir o Artigo 3º, da Lei Federal n.º 10.098/2000” e “seja oficiado o Presidente da Câmara Municipal, Benedito José do Couto, no tocante ao Requerimento n.º 276/2013, para que altere a data da homenagem aos portadores de necessidades especiais da cidade, para a sessão ordinária de 22 de setembro de 2014”; n.º 35, de 2014, da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando, “seja oficiado o Presidente da Câmara, Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Benedito José do Couto, para realização de uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, no início da sessão ordinária programada para o dia 24 de fevereiro de 2014, após a abertura dos trabalhos”; n°s 36, 37, 38, 39, 40 e 61, de 2014, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a destinação do antigo prédio do CRAS zona leste, localizado na Rua Conde Álvares Penteado, Bairro Mirante”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o Requerimento 563/2013; a Indicação n° 300/2013 e o requerimento n° 251/2013, para que o Chefe do Executivo reenvie projetos de lei para doação de área, para as entidades Alma Mater e ALERTA.”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe se existem estudos para projeto de lei de REFIS, em 2014”, “seja oficiado o Comandante da Guarda Civil de Mogi Mirim, para que apresente relatório sobre o combate ao cerol, realizado no período das férias escolares”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o combate às queimadas urbanas” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando abaixo-assinado, encabeçado pelos moradores do Parque das Laranjeiras, em que pedem cabeamento da Empresa NET Virtua, para serviços de TV a cabo, Internet e telefonia fixa”; n°s 42, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a pista de patinação no gelo, instalada na Praça Rui Barbosa, a saber, qual o custo total, por parte do município, para a sua instalação, quem pagou pela instalação do padrão elétrico e o permanente trabalho dos chillers de resfriamento e, ainda, se existiu alguma porcentagem de repasse para o Município, com relação à cobrança da taxa de patinação”; n°s 44, de 2014, do Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

existência, ou não, de projeto de reforma do Centro Cultural de Mogi Mirim”; n°s 45, 46 e 47, de 2014, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, encaminhando Minuta de Projeto de Lei, que dispõe sobre Turismo Rural”, “seja oficiada a Sra. Renata Vieira da Motta, responsável para o Sistema Estadual de Museu – SISEM/SP, requerendo-lhe preste informações a respeito do processo de municipalização do prédio onde se encontra o Centro Cultural Lauro Monteiro de Carvalho e Silva” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que complemente resposta encaminhada pelo Ofício n° 623/2013, em razão do Requerimento n° 292/2013, e informe sobre o antigo prédio do Fórum, que pertence à Secretaria de Cultura do Estado, esclarecendo, dentre outras coisas, se existe um contrato entre as partes – Prefeitura e Secretaria, se este é expresso, ou tácito, remetendo ainda, cópia do referido”; n°s 48 e 56, de 2014, do Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando pedido expresso na Indicação n° 584/2013, propondo redutor de velocidade para a Rua Capitão João Gonçalves Teixeira, no Jardim Brasília” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando pedido expresso na Indicação n° 1080/2013, para implantação do Sistema Infocrim Municipal”; n° 53, de 2014, da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, requerendo cópia da portaria de nomeação do Secretário de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos da Mulher, Jarbas Caroni”; n° 55, de 2014, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe qual o cronograma de melhorias, reformas e limpeza estabelecido para a EMEB Jorge Bertolazzo Stela e demais escolas municipais”; n° 57, de 2014, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiada a Empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Brasileira de Correios e Telégrafos, requerendo informações e estudos para agilização na entrega das correspondências relativas ao Parque Jardim Murayama III”; nº 58, de 2014, do Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta cópia, na íntegra, do processo licitatório de concorrência pública nº 01/2014, que trata da contratação de empresa especializada para execução de manutenção de todos os prédios públicos – áreas internas e externas, da Prefeitura de Mogi Mirim”; nº 60, de 2014, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, solicitando, “depois de ouvido o douto Plenário, conforme o Artigo 104, do Regimento Interno, alteração de datas de sessões ordinárias, de 03/03/2014 para 10/03/2014; de 21/04/2014 para 28/04/2014; e de 27/10/2014 para 20/10/2014”. Na sequência, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nºs 43, 44, 45 e 46, de 2014, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “retomada e a ampliação do projeto piloto de descarte de compostagem de Mogi Mirim, denominado Natureza Saudável”, “providências, para corte do mato na Praça Aparecido Ribeiro, na Vila Dias”, “providências, para corte do mato e reparação dos buracos na Rua Ticuna, no Bairro Mogi Mirim II”, “providências, para corte do mato na Praça Chico Mendes, na Vila Dias”; nºs 47 e 61, de 2014, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza nas calçadas da Rua Conde Álvares Penteadó, no Bairro do Mirante” e “providências, para celebração de convênio, entre a Prefeitura e a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, para aquisição de um caminhão de reciclagem de lixo”; nº 48, 49, 50, 51 e 52, de 2014, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “providências, para retirada de entulho e material de resto de poda, no começo da Rua Santa Cruz até o final da Rua Marciliano”, “implantação de dispositivo de redução de velocidade – lombada, na Avenida



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Senador Eduardo Cunha Canto, no Jardim Longatto”, “implantação de dispositivo de redução de velocidade – lombada, na Rua Ederaldo Silveira Bueno, no SEHAC”, “manutenção da Praça da Bandeira, centro da cidade, principalmente a das lixeiras existentes” e “manutenção na sinalização horizontal na Rua Santa Cruz, altura do nº 408”; nºs 53 e 58, de 2014, do Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, sugerindo, respectivamente, “estudos, para implantação de redutor de velocidade – lombada, na estrada vicinal Francisco Antônio Vômero” e “estudos, para elevação da altura do redutor de velocidade – lombada, existente na Rua Rio de Janeiro, próxima à EMEB Professora Maria Tucci de Campos, Bairro Santa Cruz”; nºs 54 e 55, de 2014, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “providências, para instalação de alambrado no campo de futebol do Complexo Lavapés, próximo ao Kartódromo” e “plantio de grama e instalação de sistema de irrigação na Praça Antonio Graziereira, no Bairro Flamboyant”; nºs 56, 59, 60, de 2014, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “construção de uma academia ao ar livre na área verde do loteamento Jardim Copacabana”, “implantação de uma academia ao ar livre na Praça Alfredo Cassoli, no Jardim Paulista” e “implantação de uma academia ao ar livre na Praça Itapira, no Bairro Mirante”; nº 57, de 2014, da Sra. Vereadora Luzia Cristina Côrtes Nogueira, sugerindo, “providências, para implantação de sinalização, ou redutor de velocidade, na Rua Ulhôa Cintra, próximo à Faculdade Santa Lúcia”; nºs 62, 63 e 64, de 2014, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, sugerindo, respectivamente, “providências, para aquisição de carrinhos para transporte de animais no Zoológico Municipal e de veículos elétricos para vigilância”, “providências, para legislação específica, ou decreto, regulamentando a instalação de quiosques de gêneros alimentícios e artesanatos no Zoológico Municipal, através de permissão” e “providências, para elaboração de um plano de ações, visando a municipalização da alimentação escolar”. A seguir, foram



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

colocadas à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 023, 072, 073, 074, 075, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092, datados de 22, 30 e 31 de janeiro de 2014, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação n.º 977/2013; Requerimento n.º 840/2013; Indicação n.º 1057/2013; Requerimento n.º 822/2013; Requerimento n.º 824/2013; Indicação n.º 1070/2013; Indicação n.º 1071/2013; Indicação n.º 1072/2013; Indicação n.º 1078/2013; Indicação n.º 1088/2013; Indicação n.º 1095/2013; Requerimento n.º 796/2013; Indicação n.º 1080/2013; Indicação n.º 923/2013; Indicação n.º 1041/2013; Indicação n.º 1082/2013; Requerimento n.º 823/2013; Indicação n.º 973/2013; Indicação n.º 1018/2013; Indicação n.º 995/2013, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegramas referências: n.ºs 005532, 005533, 005534, 006678, 013870, 013870, 018041, 018042, 022321, 030681, 000616, 002636, 002637, de 2013, datados de 31 de janeiro e 03 de fevereiro de 2014, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. 1.º Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6.º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que abordou a temática do aumento de tributos, especificamente a tarifa d’água da autarquia municipal do serviço de água. A Vereadora relatou ter solicitado ao Presidente do SAAE, Celso Cresta, que a autarquia não promovesse acréscimo na tarifa de água, em 2014, mas apenas repassasse o reajuste inflacionário. A vereadora argumentou que a defasagem financeira causada pela antecipação das obras da Estação de Tratamento de Esgoto já havia sido sanada com o último reajuste praticado. “O Presidente do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SAAE me informou que está estudando a proposta e, se houver um aumento, será apenas a reposição da inflação, não mais que isso e eu peço aos demais Vereadores que também conversem com o Presidente do SAAE sobre este assunto”, colocou. A Vereadora Márcia Róttoli também falou sobre sua visita ao Horto Florestal, para acompanhar o andamento das obras do Zoológico Municipal, explicando que a parceria celebrada com o Serviço Autônomo de Água e Esgotos, objetivando que a água dos recintos fosse regularmente tratada e filtrada, tinha chamado sua atenção, pois o objetivo era o de fazer com que os animais desfrutassem de água livre de contaminação. A partir dessa visita, a Vereadora formalizou na Câmara indicação para que o Executivo regulamentasse a instalação de quiosques de gêneros alimentícios e artesanatos no Zoológico, visando maior comodidade aos visitantes após a reabertura do espaço. Além disso, a Edil do SDD solicitou que a Prefeitura providenciasse carrinhos para o transporte de animais e veículos elétricos, para vigilância interna do Zoológico. “Na inauguração desse novo espaço, ficaremos surpresos com a obra que está sendo feita e eu estou estudando alguma possibilidade, para que se possam implantar lanchonetes, veículos elétricos, quiosques, para comercialização de gêneros alimentícios e produtos relativos ao Zoológico, porque o dinheiro dos impostos é insuficiente para sua manutenção, logo, nada mais justo do que ter um meio de ‘emancipar’ o Horto Florestal, um meio de angariar dinheiro para a sua manutenção, de forma saudável, com lojinha de souvenir, bar, lanchonete e outras coisas”, explicou. A Vereadora também teceu críticas às obras, que a seu ver estavam atrasadas, dizendo-se preocupada com o prazo de conclusão, acreditando que este fosse se estender. “O que eu vi, não gostei, mas os valores já foram pagos à construtora, erroneamente, penso, portanto, eu solicitei ao responsável que não fizesse mais pagamentos até a conclusão das obras”, acrescentou. Por fim, a Vereadora comentou indicação que apresentara, sugerindo a municipalização da merenda escolar. “Este ano é crucial à municipalização; sou favorável; trará



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

economia; esta economia vai gerar atividades extraclases, passeios a museus, zoos e o dinheiro economizado vai gerar inúmeros benefícios à cidade”, concluiu. Como o próximo inscrito, Vereador Dr. Honório José Ferreira, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Jorge Setoguchi, que registrou o precário estado de conservação da Rodovia dos Agricultores, que liga Mogi Mirim à cidade de Artur Nogueira, comentando que eram muitos os buracos na pista de rolamento, bem como a péssima conservação do acostamento, solicitando urgente manutenção na vicinal. Finalizando, o Vereador Jorge Setoguchi registrou ainda, que a estiagem estava afetando fortemente os produtores mogimirianos, ocasionando queda de produção agrícola devido à seca e ao forte calor, principalmente, no tocante à produção de verduras e folhas, produtos já em falta no mercado, e ainda, frisou que a falta de manutenção com o mato que crescia nas ruas da cidade era visível, pois havia se expandido, apesar da pouca chuva. Como os próximos inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni e Daniel Gasparini dos Santos, desistissem da palavra, fez uso da mesma a Vereadora Luzia Cristina Cortez Nogueira. Esta comentou as indicações que havia apresentado, destacando sugestão para implantação de redutor de velocidade e sinalização de solo, em frente à Faculdade Santa Lúcia, na zona central, porque estava muito preocupada com a situação. Lembrou ainda, de outra solicitação, trazendo à baila a questão dos perueiros, lembrando que a Câmara já havia realizado audiência pública para discussão do problema da referida classe e que, o ano letivo já se iniciara, sem qualquer novidade. “Requeiro que o Executivo olhe, com cuidado, e reveja a situação dos perueiros, para que não tenhamos problemas futuros, que causem transtornos à vida de crianças, que vão à escola, entrando e descendo de vans, portanto, espero seja algo seja feito”, disse, finalizando sua participação. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que abordou a minuta de projeto de lei que havia encaminhado ao Prefeito, visando à implantação do Kit



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Maternidade no sistema público de saúde do Município, aclarando que a gravidez se tratava de algo muito importante para a mulher, um verdadeiro milagre de perpetuação da raça humana. Disse que a saúde era a sua principal bandeira, pois além de Vereadora era também biomédica, portanto, lutava por esta causa, garantindo os direitos que a Constituição Federal assegurava à gestante e ao seu filho; que o projeto em perspectiva envolveria a rede pública de saúde; que as mães com dificuldades financeiras, através da proposta, poderiam receber utensílios básicos, tais como, fraldas e outros, que isso era algo que a motivava e que, esperava de coração que a ideia fosse acolhida, pois acreditava, realmente, que viria a ajudar muita gente, sendo positivo à saúde da mulher, propiciando-lhe maior autonomia e maior apoio dos governantes. Por fim, a Vereadora Dayane Amaro Costa registrou os seus sentimentos à família do Vereador José Jorge Módena, falecido no final de semana. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que versou a respeito de minuta de projeto que encaminhou ao Executivo, abordando a ideia do Turismo Rural, frisando que Mogi Mirim possuía muitas regiões propícias a este tipo de turismo, tais como o Pombal e Martim Francisco, também plantações de citrus, bastando apenas o empenho. Por fim, disse que comentaria outro assunto, posteriormente, porque estava aguardando documentos para embasamento de seu discurso. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Luís Antonio Guarnieri que, desde logo, teceu elogios e parabenizou a direção do CEBE – Centro de Educação e Integração Social – Benjamim Quintino da Silva, antiga Guarda Mirim, pela parceria celebrada com o SENAI/SP, cujo Presidente era Paulo Skaf, para implantação de cursos profissionalizantes na cidade. Destacou que a iniciativa era muito importante, porque ajudaria os jovens carentes na carreira profissional, destacando também, as belas instalações da sede da entidade, que tinha muito a crescer e a oferecer à comunidade mogimiriana. Versando sobre outro assunto, relatou visita feita pela Sra. Patrícia, representante do Itáú Data Center, ao Lar São Francisco e à Casa de Santo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Antonio, para questões de repasse de verbas às entidades assistenciais. “Trata-se do problema ocorrido no final do ano passado, quando o Banco Itaú repassou verbas consideráveis às entidades, lares São Francisco e Santo Antônio, mas, por problemas burocráticos, ou falta de experiência do setor da Promoção Social, problemas no CNPJ, estes fizeram retroceder a verba, portanto, essas entidades ficaram sem receber o dinheiro, mas a representante do Itaú veio se comprometer conosco e, até o mês de maio do corrente, as entidades receberão tais verbas, tão importantes para a manutenção dos seus projetos assistenciais”, explanou. Relatou ainda, que o déficit do Lar São Francisco era de dez mil reais/mês e, mudando de assunto, endossou as palavras do Vereador Jorge Setoguchi, em relação à Rodovia dos Agricultores, pedindo melhorias para a vicinal. “O local é mesmo problemático, o Vereador Osvaldo Quaglio já fez requerimento, eu já fiz requerimento, agora o Jorge e são realmente necessárias melhorias no acostamento, porque os nossos sítiantes utilizam tal rodovia, em demasia, moram no sítio e percorrem a estrada a pé, portanto, peço ao Secretário Valdir Biazotto que se apresse em executar as melhorias”, salientou. O Vereador do PT também comentou a situação dos radares da cidade, que estavam todos desligados. Ele explicou, segundo informações colhidas junto à Secretária de Trânsito, Beatriz Gardinalli, que a locação dos radares custava oito mil reais/mês para a cidade e que, sequer o radar da Rua Padre Roque, que registrava o maior fluxo de veículos, complementava o custo, haja vista que o valor arrecadado com o pagamento de todas as multas não passava de três mil reais, revelando um déficit muito grande. “Eu achei ponderada a atitude da senhora Beatriz Gardinalli e, provavelmente, ela deverá introduzir radares móveis, um ou dois, que deverão ficar, a cada semana, em um local diferente, alterando sua localização”, explicou, encerrando seu discurso. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares que, de início, requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. Prosseguindo em seu discurso, lamentou o falecimento do ex-vereador José Jorge Módena, que detinha o título de o vereador mais votado na história da Câmara de Mogi Mirim, com mais de dois mil votos, e requereu fosse registrado em ata dos trabalhos seu voto de pesar, pedindo ainda, que fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio pelo passamento do conhecido mogimiriano, ao final da presente sessão. “Homenageio o ex-vereador José Jorge Módena e solicito que se registre em ata, pois era um irmão, eu trabalhei com ele, em 1983, colhendo algodão, e deixo o meu abraço aos familiares, meus sentimentos e que Deus o receba na eternidade, com os braços abertos”, pronunciou. Depois, relatou seus esforços para a conquista de melhorias para Mogi Mirim, mencionando a visita do Deputado Federal Wanderlei Macris, PSDB de americana, à cidade, ocorrida há quinze dias, quando fora comunicada uma emenda de cem mil reais no Orçamento Federal, visando à aquisição de equipamentos para a UBS da zona leste. O Vereador destacou ainda, a visita do filho de Wanderlei Macris, o Deputado Estadual Cauê Macris, que também estivera na Câmara de Mogi Mirim, durante a semana, empenhado em conquistar benefícios para a comunidade mogimiriana. O Vereador, então, falou de sua luta, luta também de outros Vereadores, para empreender a reforma das pistas de skate da cidade, uma, localizada na Praça 9 de Julho, e outra, localizada na Praça Chico Mendes, zona leste, afirmando, igualmente, que o deputado estadual havia se comprometido em conseguir recursos, desde que a solicitação fosse remetida pela Prefeitura, já contendo o projeto de reforma que se pretendia. Para encerrar, o Edil do SDD relatou que o deputado estadual Cauê Macris, através de solicitação junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, poderia conseguir, em benefício da cidade, um caminhão para reciclagem coletiva, no valor de cento e cinquenta mil reais, mas desde que a solicitação fosse remetida pela Prefeitura, razão pela qual o Vereador Luís



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Roberto apresentara a Indicação nº 61/2014, aprovada na sessão em curso, sugerindo procedimentos de celebração de convênio. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que também versou sobre a Rodovia dos Agricultores, afirmando que a luta por melhorias era muito antiga e se estendia desde o Governo Paulo Silva, passando pelo Governo Carlos Nelson Bueno e, agora, pelo Governo Stupp, todavia, sem que nenhum dos governantes concedesse qualquer atenção à vicinal. “Faz tempo que a gente briga pela rodovia, o Valdir Biazotto era então vereador, mas relato que, por esses dias, conversei com Celso Capato, Prefeito de Artur Nogueira, e ele está fortemente empenhado em conseguir verbas para o recapeamento completo da rodovia, portanto, eu sugiro que o prefeito de Mogi Mirim se una ao de Artur Nogueira, condensando esforços para, juntos, alcançarem o objetivo, pois acredito que um dia esta estrada se torne uma rodovia estadual, haja vista o enorme fluxo de veículos e caminhões pesados”, aclarou. O Vereador prosseguiu, desta vez, tecendo um elogio para alguns setores da administração municipal, salientando que havia sido atendido em duas de suas solicitações, uma, a demarcação de solo, em frente à garagem de um profissional médico, muito necessária, e a outra, para o SAAE, referente a uma casa, localizada no Bairro Santa Cruz. “Quando é para criticar, eu critico, mas quando é para elogiar, eu também elogio, porque o pessoal foi prestativo e eu agradeço os funcionários dos departamentos responsáveis, porque bastou eu fazer a solicitação e o problema foi resolvido, portanto, é isso o que devemos fazer: prontidão para solucionar e assim foi nesse caso, logo, o meu reconhecimento pelo serviço prontamente executado”, concluiu sua fala, o Vereador do PSDB. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, que deu continuidade ao assunto abordado pelo Vereador Luís Guarnieri, referente ao repasse de verbas proveniente do Itaú Data Center, aguardado para o final do ano passado, mas que, infelizmente, não havia se concretizado para o Lar São Francisco e Casa Santo Antonio. A Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

declarou que havia ficado triste com o ocorrido com o Lar São Francisco e com a Casa de Santo Antonio; que a entidade na qual estava ligada – Instituto Coronel João Leite, conseguira remeter ao Itaú quatro projetos, sendo três de iniciativa da Vereadora, e um, de iniciativa da Promoção Social, solicitando uma piscina aquecida e coberta, uma quadra poliesportiva para uso exclusivo da Terceira Idade e equipamentos de informática para o Programa Pró-Idoso, objetivando a montagem de uma sala de aulas, para a Terceira Idade; que a entidade havia recebido a verba, por sorte, que o dinheiro já estava na conta do Fundo Municipal do Idoso e que, isto era muito benéfico, porque ofereceria melhor qualidade de vida à Terceira Idade. Sobre o convênio firmado entre o Centro Benjamim Quintino e o SENAI, ocasião em que estivera presente, na cidade, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, a vereadora relatou breve encontro com este, ocasião em que versara sobre a educação no município, solicitando-lhe, inclusive, uma parceria para a construção de um Centro de Reabilitação do SENAI na cidade, algo semelhante ao Centro Lucy Montoro, voltado, especificamente, para o atendimento de funcionários, comerciantes e industriários, com parceria também da Prefeitura, procurando trazer prevenção e qualidade de vida aos munícipes. Por fim, falou da questão da redução da carga horária dos técnicos de enfermagem, aclarando que os estudos tinham avançado. “Os estudos para redução da carga horária do setor da enfermagem, de quarenta, para trinta horas semanais, está caminhando, várias reuniões entre Secretários Municipais aconteceram e estamos felizes, pois penso que poderemos oferecer melhor qualidade ao trabalho da enfermeira e, por conseguinte, melhor qualidade no atendimento à população”, frisou a Edil do SDD, concluindo. O próximo orador foi o Vereador Laércio Rocha Pires. Este criticou panfletagem que se dera nos bairros periféricos da cidade, folhetos que continham críticas aos Vereadores da base de governo, dizendo que estes haviam sido propagados por ‘políticos do passado’, políticos de mau



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

caráter, incompetentes, que por oito anos haviam permanecido no poder e nos bastidores do poder, mas que nada tinham feito, e que, atualmente, tais políticos compareciam em todas as sessões da Câmara. Disse que esses políticos estavam envolvidos em vários processos judiciais, ‘um atrás do outro’, ou por desvios de verbas, ou por ajudar compinchas políticos, e que, ele trazia em mãos vários documentos para comprovar os fatos, inclusive, quem eram os ‘fichas sujas’. O Vereador procedeu à leitura de alguns trechos dos documentos que detinha, falando sobre a taxa de iluminação pública instituída no Governo Paulo Silva, que mesmo não sendo obrigatória, como tinha sido a contribuição votada no final de 2013, tinha sido implantada de qualquer forma pelo então Prefeito Paulo Silva e pelo seu vice-prefeito, ‘um japoneszinho figura que anda por aí’. Disse que os panfletos distribuídos pelos bairros continham inverdades; que os políticos do passado eram mais sujos que pau de galinheiro; que haviam feito falcatruas com o dinheiro do erário. Leu trecho da sentença do Tribunal de Contas – TC, de 25/11/2008, sobre o processo de julgamento das contas de 2004, de Paulo Oliveira e Silva e Massao Hito, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Mogi Mirim, destacando que ambos eram réus condenados a restituir para o erário quantias recebidas a maior. “Recebiam um aumentinho gordo a cada três meses e estão nos difamando, porque nós baixamos o salário dos secretários para sete mil, novecentos reais/mês, quando, naquela época, o salário já era de mais de seis mil reais, para um diretor de Prefeitura”, sublinhou. “O Ederaldo Moreno, diretor de finanças na gestão Paulo Silva, que está aqui, presente nas galerias, foi me questionar no bar, quando não tenho medo de processo”, declarou. Afirmou que eram réus condenados Paulo de Oliveira e Silva e Ederaldo Moreno, por terem praticado improbidade administrativa ao terem desviado verba recebida da antiga CESP – Companhia Energética de São Paulo e perguntou como a população podia dar crédito para tal ‘bando de chupins’. “A população tem que saber quem são os agitadores que ficam aqui, comendo pizza, certo japoneszinho incompetente, que fica colocando o nosso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nome, dos Vereadores que aprovaram a taxa de iluminação, mentindo que aprovamos um aumento na tarifa d'água”, salientou. “São pessoas descaradas, incompetentes, que vão aos bairros falar mal do vereador, quando sabemos que eles já meteram a mão na cidade, no passado, e agora posam de santos, mas com um monte de processos nas costas e nós vamos mostrá-los, porque não vamos cruzar os braços diante desses incompetentes, que fizeram o pior”, declarou, finalizando, o Vereador Laércio Rocha Pires. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo que, desde logo, prestou suas homenagens ao ex-vereador José Jorge Módena, falecido no último final de semana, o qual classificou como “uma lenda do Legislativo Mogimiriano”, pois mesmo envergando o título de o mais votado de todos os tempos, sempre se comportara com humildade acima da média. “Repito o que sempre digo: o que mina o poder desta Câmara é a vaidade entre os dezessete Vereadores, por isso, muitos projetos em prol de Mogi Mirim são fadados ao insucesso”, destacou. Prosseguindo, o Vereador agradeceu o apoio que estava recebendo da população, no tocante a uma das bandeiras que defendia, ou seja, a da necessidade de um terminal de ônibus urbano no centro da cidade, algo que classificou como fundamental, e discorreu sobre o assunto, salientando que o calor nos pontos de ônibus estava acima dos quarenta graus; que a realidade das pessoas que utilizavam o transporte coletivo era demasiadamente dura, porque não tinham um local adequado para aguardarem o coletivo, que defendia a instalação do terminal no Espaço Cidadão e que, tal espaço poderia ser mais bem aproveitado. Registrou também, que defendia a ampliação da ciclovia e afirmou que, por interesse de um único comerciante, seu horário de funcionamento havia sido reduzido, sendo fixado das 6 horas até às 20 horas, e que, depois de esforços junto à Secretária de Trânsito, ele havia conseguido ampliá-lo até às 21 horas. “Reduziram o já conquistado e isso é desinteligência, porque, ao contrário, temos que estimular cada vez mais o uso da bicicleta, para defesa do meio ambiente”, falou. Registrou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

luta do pessoal da Bicicletada, munícipes que se reuniam às terças-feiras, para a prática do ciclismo, rogando que o movimento engrossasse fileiras cada dia mais. Para concluir, o Vereador Cinoê Duzo formulou duas perguntas, desejoso de saber por onde andava o subprefeito de Martim Francisco e ainda, se este sabia da existência de vida depois do Pontilhão de Martim Francisco. A próxima oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu da palavra. Ato contínuo, o Senhor 1º Vice-Presidente da Câmara no exercício da presidência, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitou ao 2º Vice-Presidente, Vereador Manoel E. P. C. Palomino, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 2º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que proferiu reclamações e elogios. “Estava com uma pessoa conhecida internada na Santa Casa de Mogi Mirim, a qual necessitava de acompanhante, e novamente constatei algo que já abordei no ano passado, ou seja, as péssimas condições nas quais permanecem os acompanhantes de pacientes na Santa Casa, fazendo uso de cadeiras duras e de sofás rasgados, além do sufocante calor e da água quente que bebem, pois não há geladeira nos quartos para manter o frescor”, explicou. Aclarou que essas eram coisas muito simples, detalhes, mas que afetavam as pessoas que estão acompanhando seus doentes e que, um pequeno cuidado poderia fazer com que se sentissem melhor e pudessem, assim, tratar dos doentes que assistiam. O Vereador também denunciou a falta de médico neurologista no Centro de Especialidades Médicas – CEM, algo que classificou como sério, grave, lembrando que, no início da atual administração, existiam dois neurologistas em atendimento na rede, cujas consultas somavam quatrocentas/mês e que, atualmente, com um único profissional, as consultas não passavam de trinta por mês. Disse que tinha conversado sobre o assunto com o Vice-Prefeito Gérson Rossi Junior, também Secretário de Saúde, e que, este se empenharia para sanar a defasagem. Prosseguindo aos elogios, parabenizou a atual diretoria da Associação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comercial e Industrial de Mogi Mirim – ACIMM, bem como aos componentes da chapa opositora, porque tinham se unido em chapa única, sem conflitos, algo que só traria benefícios aos comerciantes e à população. Por fim, agradeceu a atuação e elogiou o Secretário de Obras, Rogério da Silva, pelo pronto atendimento para uma sua indicação, a saber, implantação de redutor de velocidade – lombada, na Rua do Tucura, anterior à altura da Rua Itororó, providência absolutamente necessária. Usou da palavra, como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que fez referência aos documentos trazidos pelo Vereador Laércio Rocha Pires, comprobatórios das sentenças produzidas contra o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva, seu vice-prefeito e seu diretor de finanças, condenados à devolução de cifras aos cofres públicos, sentença que confirmava ainda, que os citados réus queriam aumentar trimestralmente os seus salários. Lembrou que o ex-prefeito Paulo de Oliveira e Silva era membro do PSB, que seu vice-prefeito, Massao Hito, era membro do PT, que ambos discutiam entre si quando gestores, constantemente, e recordou o episódio que envolvia os Sem Terra, na Câmara, quando o então prefeito se recusara a ajudar o movimento, causando indignação no Edil Waldemar Marcurio. “Um movimento partidário petista sem êxito; naquela época já havia esse debate e essa discussão que existe atualmente, logo, eu penso que enquanto os políticos de Mogi Mirim não pararem de discutir egos pessoais, ficará difícil, pois a política só acontecerá em 2016!”, desabafou. Fazendo analogia e se reportando à última sessão, disse que os jovens, que haviam comparecido à Câmara, tinham feito uma manifestação sadia para o aumento do subsídio do transporte e que, muitos deles tinham sido induzidos por politiquinhos, candidatos a vereadores derrotados nas últimas eleições e funcionários de administrações anteriores. “Os jovens foram usados e penso que é muita hipocrisia, muita politicagem barata, pois devemos digladiar politicamente somente em 2016, caso contrário, ficará complicado, porque temos vários partidos aqui, na Casa, e não devemos criticar uns aos outros”, frisou.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Salientou que ele não era um vereador situacionista, mas que também não era oposicionista, preferindo atuar numa oposição construtiva e não destrutiva, porque desejava que Mogi Mirim se desenvolvesse nas áreas da educação, segurança e saúde, haja vista que aqui residia e todas as ações refletiam também em sua vida e na de seus familiares. “Estou enojado com esta política podre que estão fazendo, estão usando meu nome, que sei, e nesta semana vou me manifestar e propor ações contrárias, porque se há algo a dizer, falem o que pensam na minha frente e não em postagens no Facebook, pois exijo respeito, cada um tem a sua posição e temos que parar com a politicagem, a campanha acabou, vamos refletir e beneficiar Mogi Mirim, por que aqui, nesta Câmara, ultimamente, só observo egos pessoais, portanto, peço que nos respeitemos, uns aos outros, visando o bem comum. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares, que comentou as proposituras de sua autoria, a primeira, requerimento, solicitando informações sobre a destinação do antigo prédio do CRAS Zona Leste, localizado na Rua Conde Álvares Penteado, no Bairro Mirante, bem como sobre a limpeza no local. Também, reiterando pedido para que o Chefe do Executivo remetesse os novos projetos de lei, objetivando cessão de área para as entidades Alma Mater e ALERTA, que já tinham recebido áreas em doação, todavia revogadas, em virtude do ano eleitoral de 2012. Outra propositura, requerendo informações do Comandante da Guarda Civil de Mogi Mirim, para que apresentasse relatório sobre o combate ao cerol, realizado no período das férias escolares, antiga luta do Vereador, e mencionou também os perigos da nova modalidade de linha para pipas, denominada ‘Linha Chilena’, que era um instrumento mortífero, bem como também solicitou relatório sobre as queimadas urbanas no Município. Por fim, destacou requerimento, que encaminhava abaixo-assinado, encabeçado pelos moradores do Parque das Laranjeiras, em que solicitavam cabeamento da Empresa NET Virtua, para serviços de TV a cabo, Internet e telefonia fixa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

naquele logradouro. Fez uso da palavra, como Líder, o Vereador Cinoê Duzo, que retomou a fala iniciada, a respeito da região de Martim Francisco, prosseguindo com suas críticas ao Subprefeito, Marcos Bento Alves de Godoy. Perguntou, novamente, aonde andava o subprefeito, respondendo ele mesmo, que o gestor permanecia em sua farmácia, local onde atendia clientes e a população. “Independentemente de quem quer que seja, vamos imaginar se fosse o caso de todos os secretários atenderem em seus comércios, ou numa farmácia”, ponderou o Edil, e reforçou, declarando que isso não era moral, porque o subprefeito não era encontrado na subprefeitura, quando era sabido que tinha horário fixo, mas atendia na sua farmácia. “A população o procura na subprefeitura e não o encontra, ele agenda o horário para receber o munícipe, o que não é correto, porque ele é muito bem pago para atender a população na subprefeitura, sua responsabilidade, e eu pergunto, mais uma vez, será que o subprefeito sabe que existe vida além do viaduto, na região dos Cavenaghis, dos Villanovas, região que liga Mogi Mirim, Martim Francisco, até Santo Antonio de Posse, onde habitam pessoas que necessitam de uma estrada adequada para chegar ao posto de saúde, para estudar, para escoar produtos?”, declarou. Inquiriu que garantia em segurança tinham os estudantes e os produtores, estes últimos para escoarem a produção, porque depois de tanta luta diária, diante do descaso da administração, não conseguiam ter um meio seguro de distribuir o fruto de seu trabalho. “Faz quase um ano que o subprefeito está no cargo e a região de Martim Francisco, do viaduto adiante, está em descaso total, portanto, digo que temos que pensar Mogi Mirim como um todo e a responsabilidade do subprefeito é, no mínimo, permanecer no distrito para atender os munícipes, pois aceitou a responsabilidade e tem que dar respostas com competência, através de melhorias naquela região”, verbalizou, concluindo seu discurso. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, deu ciência à Casa, através de sua leitura, do **Edital de Convocação nº 01,**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2014, de Sessão Extraordinária, para logo após o encerramento da Segunda (2ª) Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação, EM SEGUNDO TURNO, “**ex-vi**” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno, do Projeto de Lei nº 01/2014, da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “fixando os subsídios dos Secretários Municipais, para os exercícios de 2014 a 2016”, ficando, pois, todos os Vereadores convocados. Ato contínuo, a sessão foi suspensa às 20h07, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Luís Roberto Tavares, aprovado por unanimidade de votos, o Senhor Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**” e comunicou à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, convidou para que adentrasse ao Plenário o Senhor *Sebastião Zoli Junior, Presidente do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR*, que discursou a respeito das diretrizes para a formação do COMTUR, cuja fala foi gravada em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa, por trinta dias. Concluída a Tribuna Livre, decorrido o interstício regimental e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, do R.I., ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” do disposto no § 2º, inciso III, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 116, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre o Plano Plurianual do Município de Mogi Mirim, para o período de 2014 a 2017”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno; (posto a votos em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sessão de hoje, a Câmara acolheu, Turno Único, por dez (10) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 116/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, “ex-vi” do disposto no Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se o Prefeito do decidido pela Casa); 2. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 120, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “estabelecendo as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mogi Mirim, para o exercício de 2014, e dando outras providências”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara acolheu, Turno Único, por dez (10) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 120/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se o Prefeito do decidido pela Casa); 3. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 137, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “estimando a receita e fixando a despesa do Município de Mogi Mirim para o exercício de 2014”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara acolheu, Turno Único, por dez (10) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 137/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se o Prefeito do decidido pela Casa); 4. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 187, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “alterando disposições do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, instituído pela Lei Municipal nº 1.845, de 30 de dezembro de 1988, e dando outras providências”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno; (submetido a votos em sessão de hoje, a Câmara acolheu, Turno Único, por dez (10) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 187/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se o Prefeito do decidido pela Casa); 5. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre os empregos em comissão no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, Turno Único, unanimemente, o Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 17/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (ao Prefeito para promulgar, conforme reza o Artigo 55, §§5º e 9º, da LOMMM); 6. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “instituído a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, prevista no Artigo 149-A da Constituição Federal”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação. Votação em conformidade com o disposto no Artigo 192, § 3º do Regimento Interno. Para discutir o veto, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares que, inicialmente, solicitou votação por partes, conforme estabelece o Artigo 192, § 1º, do Regimento Interno. Prosseguindo em seu discurso, explicou a parcial vetada, aclarando que pedira ao Prefeito que fosse o administrador do dinheiro arrecadado, mas que o Prefeito lhe havia justificado, que o controle seria exercido pela própria empresa vencedora da licitação da iluminação pública, algo que o Vereador do SDD discordava, porque uma empresa privada e terceirizada não poderia gerir a renda pública. “Esta é a justificativa do veto e eu creio, por bem, que seja o próprio Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o administrador, o estabelecido no Artigo 6º, portanto, fiz a emenda para trazer transparência, porque não quero que a verba seja administrada pela empresa, mas sim, pelo Poder Executivo”, explanou. O vereador solicitou o apoio de todos para a derrubada do veto e lembrou ainda, que o outro artigo vetado tratava da isenção de famílias, cujo gasto energético não ultrapassasse 60kwat/mês. “O Prefeito diz que não pode, porque não está previsto no Orçamento Municipal, mas ele pode sim”, sublinhou e concluiu sua fala. Também para discursar, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, explicando as disposições contidas no Artigo 192, § 1º, votação por partes, e, desde logo, posicionou-se contrária ao pedido verbal do Edil Luís Roberto Tavares, explicando, em derradeiro, que a solicitação teria que ser votada em Plenário. O Sr. 1º Vice-Presidente, na direção dos trabalhos, submeteu à apreciação do Plenário o requerimento verbal do Vereador Luís Roberto Tavares, de *votação por partes*, Artigo 192, § 1º, do R.I.; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis, o requerimento verbal do Edil Luís Roberto Tavares); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, “ex-vi” do disposto no Artigo 20, III, do Regimento Interno); Em votação o veto parcial; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara acolheu, Turno Único, por dez (10) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 18/2013, do Prefeito de Mogi Mirim); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, IV, do Regimento Interno); (comunique-se o Prefeito do decidido pela Casa); **“ex-vi” do disposto no § 2º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno**; 7. Requerimento nº 06, de 2014, de autoria do Vereador Professor Cinoê Duzo, “solicitando ao Prefeito Municipal estudo referente à reestruturação dos salários dos Guardas Municipais, Vigias e Bombeiros de Mogi Mirim e Plano de Carreira para esses profissionais”. Para discussão a pedido do Vereador Manoel Eduardo Pereira da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cruz Palomino, fez uso da palavra o requerente, com breve discurso. “Muitos sabem da luta que tenho empreendido para melhorar o Departamento da Guarda Municipal. Logo no início de nossa legislatura, protocolei diversos pedidos para reestruturação, bem como equiparação dos salários dos Guardas Municipais, melhorias na sede, tais como construção de vestiário, academia e refeitório, bem como solicitei a contratação de mais Guardas Municipais e abertura de concurso público para os Bombeiros. No ano passado, por diversas vezes estive em audiências com deputados estaduais e federais, encontrei-me, pessoalmente, com o Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, em audiência fechada, com poucos representantes da frente parlamentar em defesa das Guardas Municipais, da qual faço parte. Encontrei-me com o Secretário de Segurança Pública, Dr. Fernando Grella, e me reuni, por diversas vezes, com o Prefeito Gustavo Stupp, demonstrando toda esta atuação e cobrando melhorias. Enfim, trabalhei arduamente nesta questão, para que possamos, de alguma maneira, melhorar as condições de trabalho dos Guardas Municipais, Bombeiros e Vigias. Quero informar ao Excelentíssimo Vereador Cinoê Duzo, que estou de acordo com esta solicitação de Vossa Excelência, mas quero deixar aqui registrado, em ata, que o plano de cargos e salários está para sair, depois de muitas reuniões por mim realizadas, com muitos guardas, junto ao Prefeito. Acho que o Nobre Vereador ao reiterar um pedido tão nobre como este, o qual Vossa Excelência se preocupou em fazer, no ano de 2010, deveria tê-lo cobrado ao menos nos demais anos, afinal, os Guardas, Bombeiros e Vigias, que se encontram aqui, hoje, provavelmente, com seu empenho, já teriam seus reconhecimentos, Vereador. Mas é óbvio que o motivo do pedido de discussão foi para deixar claro a todos os meus amigos, companheiros de trabalho, os Guardas Municipais, Bombeiros e Vigias, que lutarei, até o fim, e teremos nosso reconhecimento e as melhorias que nosso departamento necessita. O que não podemos deixar acontecer, nobre Vereador Cinoê, é permitir que nossos pedidos fiquem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

engavetados, por anos, sem nenhuma atuação do Vereador, como ocorreu, porque são vidas que dependem de nós, pessoas que confiam em nosso trabalho. Mas sou favorável à sua reiteração de 2010”. Agradeceu e concluiu. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este colocou que a gestão de 2010 e a de 2012 tinham pertencido a outro prefeito; que a nova administração existia somente a partir de 2013, que o Vereador Cinoê Duzo havia protocolado o seu requerimento em 04/02/2013, enquanto que o requerimento, de autoria do Manoel Palomino, datava de 28/01/2013, e que, estavam faltando diálogo e respeito entre as partes, afirmando que ele mesmo já fizera requerimentos em conjunto com outros vereadores. “Fica este embate de egos” declarou o Edil, ao mesmo tempo em que destacou, que pedidos feitos na gestão passada, pertenciam a uma legislatura anterior, não vigente, salientando que, se o procedimento permanecesse, ao final, haveria o desrespeito entre vereadores, porque atuariam um na área de exercício do outro. Por fim, registrou que as ideias poderiam ser partilhadas; que o confronto deveria ser evitado, que questões de ego pessoal não davam bom resultado e que, votaria contrariamente ao requerimento, na postura de defender o proposto, a partir de 2013 e não antes disso, pois se tratava de outra gestão. Para defender seu requerimento, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, afirmando que o pedido de discussão de propositura era um direito do vereador, regimental; que, em momento algum, desrespeitara o Vereador Manoel Palomino; que muitos, na Casa, eram vereadores há tempos; que algumas lutam demoravam e caminhavam ‘um passinho de cada vez’, como era o caso da luta do Vereador Luís Roberto, em relação ao Parque das Laranjeiras; que muitos outros vereadores também já tinham feito pedidos para, por exemplo, o Parque das Laranjeiras, sem oposição do vereador residente no bairro, no caso, o Vereador Luís Roberto; que o seu Requerimento nº 792/2010 refletia a sua luta em prol dos profissionais de segurança pública e isto, desde 2010, que tinha respeito pelo Vereador Manoel e que, para provar, trazia em mãos antiga



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

minuta de projeto do estatuto para o Departamento de Segurança, quando o atual Secretário Municipal de Segurança, GM Machado, era então, apenas guarda, contendo este, ainda, a assinatura do então GM Manoel Palomino, em meio a de outros profissionais do departamento, prova da anterioridade de sua bandeira. “Procurei ter diálogo com o Prefeito e não houve retorno, declaro que não estou passando por cima de ninguém, porque o Machado me procurou e o Vereador Palomino não era ainda vereador e sei que ele defende a classe a qual pertence, mas temos que entender que existem causas nas quais podemos lutar juntos, lembrando ainda, que já faz um ano que o requerimento dele foi aprovado”, explicou. O Vereador Cinoê Duzo disse que reconhecia a luta do Vereador do PPS; que não o colocaria na ‘saia justa’ de ter que votar contra sua própria classe profissional, rejeitando o requerimento, que tinha respeito pela Diretora da Câmara, mas somente o Presidente da Mesa poderia fazer a retirada de documentos, e que, a diretora tinha acolhido um pedido da assessora, quando era fato que os assessores não podiam ultrapassar limites e muito menos a diretora, poderia ultrapassar a autonomia do presidente. Todavia, finalizando sua fala, o Vereador Cinoê Duzo apresentou requerimento de retirada, para arquivamento de sua propositura. O 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 62/2014, subscrito pelo Vereador Cinoê Duzo, solicitando, na forma do inciso VII, do Art. 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º todos da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente), a *retirada e conseqüente arquivamento do Requerimento nº 06/2014*, de mesma autoria, constante da Pauta da “Ordem do Dia”, o que foi aprovado unanimemente pelo Plenário: (retire-se; archive-se); 8. Requerimento nº 08, de 2014, de autoria do Vereador Professor Cinoê Duzo, “reiterando solicitação da continuidade do trabalho de desassoreamento do lago principal do Complexo Lavapés”. Para discussão a pedido da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, fez esta o uso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da palavra, colocando que não concordava em votar a reiteração de um requerimento feito na gestão anterior e que, o correto seria o Vereador Cinoê Duzo apresentar a solicitação em forma de indicação. “Além disso, o trabalho no lago do Lavapés já está sendo executado e todos sabem da revitalização do Complexo Lavapés, portanto, não é possível votar tal pedido, porque já está acontecendo na cidade e eu peço a rejeição da matéria”, disse a Edil, encerrando sua participação. Para defender a propositura, fez uso da palavra o autor, Vereador Cinoê Duzo, dizendo que a revitalização que estava acontecendo no Complexo Lavapés era tal qual a pessoa que não tomava banho, mas passava um perfume para disfarçar seu mau cheiro. “Está melhorando, mas é ainda uma maquiagem horrorosa”, sublinhou o Vereador, concluindo; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por nove (09) votos favoráveis a sete (07) votos contrários, o Requerimento nº 08/2014, do Vereador Cinoê Duzo); (oficie-se como requer); 9. Requerimento nº 09, de 2014, de autoria do Vereador Professor Cinoê Duzo, “reiterando estudo para a realização de concurso público, para todas as vagas, em aberto, na Administração Municipal, bem como para Professores de Educação Física e Técnicos Desportivos”. Para discussão a pedido da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Foi a primeira a usar da palavra, explicando que a convocação para as vagas de professores de Educação Física estava sendo publicada nos jornais da cidade, já havia quatro semanas, relatando, igualmente, que o concurso para todas as demais áreas seria realizado, em breve. Disse que o requerimento não esclarecia se o Vereador estava solicitando os profissionais de Educação Física para vagas na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, ou para outra secretaria, e, assim sendo, pediu ao autor que confirmasse a intenção, objeto da propositura. “Se a resposta for positiva, se o Vereador estiver requerendo para a Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer, ele terá o meu voto favorável”, frisou a Vereadora do SDD, concluindo sua fala. Para responder à Vereadora, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

afirmando que sim, que solicitara para a Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer, explicando, igualmente, que os profissionais convocados haviam participado de concurso, em 2009, para a Secretaria Municipal de Educação. Por fim, acentuou que o concurso para professores de Educação Física, objetivando o exercício na nova pasta, supriria a defasagem de profissionais, aumentando a atuação da Secretaria de Juventude, Esportes e Lazer; (colocado a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, unanimemente, o Requerimento nº 09/2014, do Vereador Cinoê Duzo); (oficie-se como requer); 10. Requerimento nº 19, de 2014, de autoria do Vereador Professor Cinoê Duzo, “reiterando estudos para a instalação de equipamentos de ginástica – Academia ao Ar Livre, nos bairros de Mogi Mirim, bem como no Jardim Planalto e em Martim Francisco”. Para discussão a pedido do Vereador Laércio Rocha Pires. Este foi o primeiro a discutir, desde logo, solicitando aos nobres Pares que votassem contrariamente à propositura, explicando que, a seu ver, a atitude do Vereador Cinoê Duzo era antiética, porque ele ‘atropelava os Vereadores e passava por cima das coisas’, aclarando que já havia feito ao Prefeito, verbalmente, o mesmo pedido, para o mesmo bairro. “Cada bairro tem uma praça e o Vereador tem que ter ética, ao invés de propor um requerimento para todas as praças e informo que, para as Chácaras Sol Nascente, o Data Center do Itaú já liberou a verba relativa à academia e ela vai acontecer, portanto, temos que respeitar o bairro do cidadão, ao invés do vereador atropelar todo mundo, achando que é dono de todos os bairros da cidade”, colocou. Por fim, disse que o Vereador Cinoê Duzo deveria respeitar seus companheiros, ter ética, ser humilde e ratificou que já havia feito o mesmo pedido para o Parque da Imprensa, onde ele, orador, residia. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, relatando que no mês de fevereiro de 2013, tentara registrar proposições em benefício de Martim Francisco, o que não havia conseguido fazer, em virtude do Livro de Registro de Proposições estar repleto de protocolos e que, assim sendo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

remetera ofício direto ao Prefeito de Mogi Mirim, cujas respostas detinha, em arquivo, provando a anterioridade de sua solicitação para o distrito. “Respeito muito o seu trabalho, Vereador Cinoê Duzo, mas não posso deixar de dar razão ao Vereador Laércio Pires, porque é, de fato, antiético de sua parte, comunico que tenho resposta para tal solicitação e academias ao ar livre serão implantadas no Jardim Planalto, em Martim Francisco e nas Chácaras Sol Nascente”, explicou e, para encerrar, disse que não mais toleraria a falta de ética entre os Pares. “A partir da próxima semana, seja o vereador que for, se fizer algo para a minha região e não me incluir, para assinar junto, ou ter o mínimo de respeito para comigo, vou apresentar cinquenta mil requerimentos e ‘vem em mim’, porque estou quentinho”, frisou o Vereador do PT, finalizando sua participação. Para responder, fez uso da palavra o autor do requerimento, Vereador Cinoê Duzo, que disse que colocaria em prática os ensinamentos recebidos de sua mãe, Dona Luzia, escutando primeiro os mais velhos, para absorver a sabedoria. “Algumas palavras são de difícil entendimento para alguns Vereadores, como, por exemplo, a palavra ética, cujo significado deveria ser procurado no dicionário, para poder argumentar”, destacou. Salientou que não tinha atropelado ninguém e exemplificou o procedimento, através das várias indicações aprovadas, as quais não tinham sido lidas em Plenário, mas que também solicitavam academias ao ar livre, para o Jardim Copacabana, para o Jardim Paulista, para a Praça do Mirante e para o Jardim Floresta. “Eu fui fiel ao meu requerimento anterior, poderia colocar o Jardim Floresta, mas não coloquei; ninguém é dono da cidade, não estou sendo deselegante e nem antiético, porque nós recebemos diversos pedidos e sabemos que, muitas vezes, uma única pessoa faz o mesmo pedido aos dezessete vereadores e eu pergunto: quem o atendeu, o primeiro, ou o último a quem requereu?”, ponderou o Edil. Para encerrar, deixou os Vereadores à vontade para votarem o requerimento, questão de custo/benefício, colocou, e agradeceu o apoio de todos. (submetido a votos em sessão de hoje, Turno Único, a Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

rejeitou, por nove (09) votos contrários a sete (07) votos favoráveis, o Requerimento nº 10/2014, do Vereador Cinoê Duzo); (arquive-se); **“ex-vi” do disposto no § 2º, do Artigo 171, do Regimento Interno.** Antes, disso, *Questão de Ordem*, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, Votação em Bloco para os Pareceres nºs. 01, 02, 03, 04, 05 e 06/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, respectivamente, itens de 11 a 16 da pauta da “Ordem do Dia”, o que foi aprovado, unanimemente, pela Casa. **Votação em Bloco:** 11. Parecer nº 01, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim, referente ao mês de Setembro/2013; 12. Parecer nº 02, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim, referente ao mês de Outubro/2013; 13. Parecer nº 03, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de Outubro/2013; 14. Parecer nº 04, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de Novembro/2013; 15. Parecer nº 05, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de Setembro/2013; 16. Parecer nº 06, de 2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, ao balancete financeiro da receita e despesa da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de Outubro/2013; (posto a votos em Sessão de hoje, Votação em Bloco, Turno Único, a Câmara aprovou, unanimemente, os Pareceres nºs. 01, 02, 03, 04, 05 e 06/2014, da Comissão de Finanças e Orçamento, respectivamente, itens de 11 a 16 da pauta da “Ordem do Dia”); (arquive-se); EM PRIMEIRO TURNO: **“ex-vi” do disposto no Inciso I, do Artigo 172, do Regimento Interno:** 17. Projeto de Lei nº 01, de 2014, de autoria da Mesa da Câmara, “fixando os subsídios dos Secretários Municipais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para os exercícios de 2014 a 2016”. Parecer favorável da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Câmara aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 01/2014, da Mesa da Câmara Municipal); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno); **“ex-vi” do disposto no Artigo 47, §1º da Lei Orgânica Municipal: 18.** Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03, de 2013, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota e outros, “alterando a redação dos Artigos nºs 255, 259, 260 e 262, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Emendas à Lei Orgânica; (colocado a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Câmara aprovou, unanimemente, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03/2014, da Vereadora Daniela Dalben Mota e outros); (o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, teve direito de voto, assim como dispõe o Artigo 20, II, do Regimento Interno); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o 1º Vice-Presidente, no exercício da presidência, passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Dr. Honório José Ferreira, Jorge Setoguchi e Leonardo David Zaniboni, desistissem da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que registrou a presença, nas galerias da Câmara, dos estudantes Mariana e Eduardo, representantes do grupo de estudantes que reivindicava a ampliação da concessão do benefício do subsídio do transporte universitário de Mogi Mirim, informando a todos, que ele, orador, tinha agendado reunião com o Prefeito Gustavo Stupp, para o dia 13, quinta-feira, às 17 horas, visando à discussão da questão. Sobre outro assunto, abordou a reivindicação de usuários da rede pública de saúde, os quais solicitavam a ampliação do número de dias para agendamento de consultas. “É um recado para o Gérson Rossi,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que está comandando a Secretaria de Saúde, porque o pessoal está reclamando, existe apenas um único dia para o agendamento das consultas, prazo insuficiente, já que o usuário chega às 7 horas da manhã, para marcar sua consulta, e não encontra mais nenhuma senha e daí, só no próximo mês”, explicou, finalizando. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, para comentar sobre seu posicionamento em relação aos vetos parciais deliberados. “Em relação aos veto, ou votávamos contra, ou votávamos a favor, então, explico que não tivemos outra opção de voto, mesmo não concordando com determinados assuntos”, aclarou. “A emenda apresentada pela colega Márcia Róttoli, em relação às verbas das Associações de Pais e Mestres – APMs, para as escolas, foi reprovada e é interessante notar que, na justificativa do veto, o Prefeito colocou que ele, no decorrer do ano, faria o repasse para as APMs, objetivando a manutenção da escola, e isto é incrível, porque, se ele tinha realmente tal intenção, por que vetou?”, questionou a Edil do PSB. Colocou que a manutenção nas escolas era questionável e exemplificou, lembrando aos pares que nas salas de aula não existiam sequer ventiladores em bom estado de funcionamento. Disse que os aparelhos não eram consertados, nem mesmo diante do forte calor que estava ocorrendo e que as APMs, em algumas escolas, haviam adquirido novos equipamentos, parcelando o pagamento, mesmo sem o dinheiro em mãos. Lembrou que a manutenção das escolas era uma obrigação da Prefeitura Municipal e que, as APMs realizavam eventos, visando à arrecadação de dinheiro e sua aplicação nas escolas, para gastos com esta manutenção, e citou o exemplo da escola do Parque do Estado II, cujo telhado era sempre reparado com o dinheiro da APM daquela unidade escolar. “A manutenção das escolas é obrigação da Prefeitura, cabe à Prefeitura saber qual é a realidade e atuar, e eu fiquei intrigada, pois me pergunto por que vetar algo justo, devolver para a APM o que a APM gasta com algo que não é de sua responsabilidade”, sublinhou. Em relação ao exposto pelo Vereador Laércio Rocha Pires, no tocante à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

administração Paulo Silva, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira disse que não era pessoa de se expressar aos gritos e que, o grupo, que questionava o atual Poder Executivo, era um grupo razoavelmente grande, apto a se defender, já que fora citado em Plenário. “Não cabe a mim, mas a eles a defesa, porque é um grupo que luta e sempre lutou pelo desenvolvimento da cidade”, frisou, concluindo sua fala. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que registrou seu apoio à causa dos estudantes universitários, em relação ao subsídio do transporte, dizendo que também ela protocolara ofício, junto ao Gabinete do Prefeito, solicitando desburocratização do processo, objetivando incentivar mais e mais jovens a atingirem o nível de ensino superior. Agradeceu e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho que elogiou a atuação da assessoria parlamentar da Câmara, afirmando que, por trás de um grande político, existia sempre uma grande assessoria. Ratificou sua fala em relação à falta de ética e reafirmou que tinha considerado falta de ética a atitude do Vereador Cinoê Duzo e, por fim, disse que doravante, faria requerimentos exclusivamente para o Zerão – Complexo Lavapés, área de atuação do Vereador Cinoê Duzo. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que também se solidarizou com os estudantes, endossando o convite do Vereador Daniel dos Santos, para a reunião com o Prefeito, desejoso de que o Prefeito se sensibilizasse em relação aos problemas que os estudantes estavam atravessando, a fim de que a situação fosse resolvida de forma tranquila, da melhor maneira, para ambas as partes – município e estudantes, atendendo às necessidades dos estudantes, principalmente, os mais carentes. Por fim, justificou fala da sessão anterior, a respeito do reajuste da tarifa d’água do SAAE, refazendo a certa conta e ratificando a matemática que levava a concluir, realmente, que o reajuste aplicado, pelo SAAE, tinha sido de quase vinte e sete por cento. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que também se dirigiu aos estudantes universitários, dizendo que a reunião agendada com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito, para quinta-feira próxima, era a grande chance dos jovens de recuperarem o que lhes fora tirado, ou seja, a renda mínima, per capita, para concessão do benefício, bem como outras reivindicações, inclusive, a questão da burocracia no Protocolo da Prefeitura. Lembrou que fora ele quem apresentara emenda ao Orçamento Municipal, no tocante ao assunto do subsídio do transporte universitário, destacou que fora esta a única proposta não vetada e disse ainda, que isto levava a crer que o Prefeito tinha boa intenção para com os jovens. Afirmou que compareceria à reunião com os estudantes e, versando sobre os vetos acolhidos, lamentou que todas as suas demais emendas tivessem sido derrubadas, indo ‘por água abaixo’, e lastimou, principalmente, a que previa a construção de uma ponte na Rua Francisco Dias Reis, afirmando que postaria na rede social – Facebook, que a zona leste tinha perdido a oportunidade da construção de um novo acesso, ligando o bairro à cidade. “Mas continuarei, através de requerimento, para que o Prefeito execute, pois já sei onde encontrar recursos para fazer a nova ponte, mas desde que a Prefeitura assim deseje”, completou. Falou, igualmente, de outra emenda vetada, outro problema sério, em relação às águas pluviais, que escoavam pela Avenida Expedito Quartieri e parte baixa do Jardim Sbeghen, bem como Ruas Panamá e Cuba, e que tinham ocasionado queda de muros, e também, da duplicação do pequeno trecho de acesso, localizado entre as Chácaras Ypê e o Jardim Sbeghen, também vetado, endossando que sabia onde encontrar dinheiro para tais benfeitorias, mas lamentou que essas emendas não estivessem contidas e previstas no Orçamento Municipal. “Espero, então, que o Prefeito faça, no mínimo, o projeto, para que tenhamos subsídios para a busca de recursos”, destacou e, para encerrar, conclamou toda a população para que economizasse água, recurso natural já escasso no árduo verão em curso. A seguir, ocupou lugar na tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que deu ciência à Casa da aprovação de verba, intermediada pelo Deputado Federal Carlos Sampaio, PSDB/SP, no valor de duzentos e cinquenta mil reais,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

destinada à instalação de cobertura na quadra poliesportiva da Praça José Schincariol, no Bairro Santa Cruz, afirmando que, em breve, o dinheiro estaria à disposição do Poder Executivo Municipal e que, esta era antiga reivindicação do pessoal da Terceira Idade, atualmente, sem local adequado para a prática de suas atividades físicas. “Com esta obra, o pessoal da zona oeste terá um local adequado para eventos esportivos e atividades físicas e eu quero agradecer ao Deputado Federal Carlos Sampaio, líder da bancada do PSDB à Câmara Federal”, frisou. Sobre a votação dos vetos, o Vereador comentou que lhe causara estranheza à rejeição unânime do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 17, que tratava dos salários dos Secretários Municipais, único a receber unanimidade de votos contrários. “Eu os alerto, para que tomem muito cuidado, principalmente, os que buscam a reeleição, porque, na hora da eleição, é cada um por si, o ‘bondinho não vai mais existir’ e, às vezes, pensamos que estamos fazendo um bom negócio, mas como diria o decano Vereador Ademar de Barros, acabamos ‘de ponta cabeça’, declarou o Vereador Osvaldo Quaglio, encerrando seu discurso. Como a próxima oradora, Vereadora Daniela Dalben Mota, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Laércio Rocha Pires, que rebateu as últimas palavras do Vereador Osvaldo Quaglio, dizendo que retornariam à Câmara aqueles Vereadores que, realmente, demonstrasse trabalho. Depois, abordou à questão do subsídio do transporte universitário, afirmando que apoiava o movimento estudantil, que reivindicava ampliação de concessão do benefício, e elogiou o Vereador Daniel dos Santos por ter agendado a reunião com o Chefe do Executivo, para trato do assunto. “Muito bem fez o Vereador, porque foto em Facebook, ‘pintando de bacana com os universitários’, é fácil postar, para ‘fazer média com o chapéu dos outros’, mas difícil é trabalhar pela população”, sublinhou o Edil do PPS. O Vereador falou também sobre ética, recordando a todos que o projeto da Academia ao Ar Livre, localizada no Zerão – Complexo Lavapés, fora uma iniciativa do Vereador Osvaldo Quaglio,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mas que, o Vereador Cinoê Duzo havia se embolado junto à ideia e se tornado ‘o pai da criança’. “Portanto, falar em ética é complicado e eu pergunto onde está a ética do Vereador, porque muito mais do que ética, devermos ter companheirismo e não atropelar as indicações e requerimentos dos colegas”, justificou. Salientou que o vereador residente em bairro estava ‘ferrado’, porque era desacreditado pelo vereador que apenas passava em visita, explicando que era o Poder Executivo que não executava as obras solicitadas pela população, citando, como exemplo dessas coisas, a Avenida Amucci Truffi, para a qual tinha conquistado várias melhorias no passado e que não progredia, haja vista o descaso do proprietário da área, e a Rua Sebastião Milano Sobrinho, no Jardim Planalto. “Luto pelo Parque da Imprensa há mil anos, mas, infelizmente, não fui contemplado, e agradeço o Prefeito Stupp pelo trabalho, porque está, realmente, atendendo aos pedidos da população, gradativamente”, salientou, para concluir. O próximo orador a fazer uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi o Vereador Cinoê Duzo, que pediu aos pares, para que não fizessem guerra, fizessem amor, tivessem humor, colocando que era cidadão da paz e que, o Zerão – Complexo Lavapés era área para livre atuação de todos. “Faça amor, não faça guerra e ao atirarem pedras, construam uma casa e uma calçada onde precisa, com humor soft e clean”, finalizou. A próxima inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu da palavra. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Leonardo David Zaniboni, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que justificou seu voto, contrário à sua própria emenda orçamentária. “Em dezembro de 2013, antes de apresentar emenda, fui chamada pela Diretora Financeira, que revelou a dificuldade dos diretores em prestarem conta do dinheiro, mas mantive a emenda mesmo assim, todavia, a o trâmite para entrada do dinheiro do Governo Federal às escolas é diferente e, realmente, cada escola teria que ter seu contador próprio, para a devida prestação de contas, na realidade, uma miséria de dinheiro e,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assim sendo, acordamos que será disponibilizada verba para as diretoras, a fim de que possam fazer a manutenção das escolas, em compra livre, e, por este motivo, para não prejudicar a administração de cada unidade escolar, votei pela manutenção do veto do Prefeito”, explanou a Vereadora do SDD. “Realmente, não existe manutenção nas escolas, as condições que se encontram as escolas é a de caos; parece que nada mudou desde Carlos Nelson Bueno, o mato muito alto, parquinho quebrado, falta de pintura, tudo do mesmo jeito que o Prefeito Stupp encontrou em janeiro de 2012, mas, agora, foi prometido que, neste ano, as escolas terão orçamento próprio, então, estou esperando para ver se vai funcionar”, colocou. “Por que a administração deixou de ver o emergencial em dezembro?”, inquiriu a Edil, ao mesmo tempo em que completou, dizendo que não havia sido correto o que fora feito com a educação municipal no início do ano. “Se nada mudar, não poderemos mais dar suporte à educação de Mogi Mirim, da forma como gostaríamos, em união com o Poder Executivo, pois não podemos ser cegos para o que acontece e escolas e crianças merecem o nosso respeito”, verbalizou. Com relação ao subsídio dos universitários, a Vereadora lembrou projeto de lei por ela apresentado, em conjunto com os Vereadores da legislatura passada, Benedito Couto, o Orivaldo Magalhães, Gustavo Stupp, Cinoê Duzo e Luís Roberto Tavares, justamente reivindicando a ampliação do benefício do subsídio do transporte universitário. “Lembrem-no, o Prefeito, do Projeto de Lei nº 29/2010”, destacou, concluindo seu discurso. Ainda ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho, dizendo que não era o filho da Dona Luzia, mas era o filho da Dona Maria, e o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, para solicitar fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio pelo passamento do munícipe Gérson Fressatto – Alemão, que tinha feito história no futebol amador de Mogi Mirim. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passamento do *ex-vereador José Jorge Módena* e dos senhores *Marcílio Scapim, Daniel Manara Sobrinho, Alcindo Rosetto e Gérson Fressatto*. Cumprida dita providência e nada mais a ser tratado, o Sr. 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h29, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM